



Comitê: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
Mesa Diretora: Beatriz Soares Luiz e Pedro Domingues

Subtemas Simula Jovem ONU 2024

Subtema 1: “Adoção de políticas internacionais para gestão de refugiados”

As políticas internacionais e os regimes dos países em relação aos refugiados desempenham um papel crucial na proteção dos direitos humanos. No entanto, a negligência desses direitos fundamentais por muitos países é uma realidade frequente, motivada por razões políticas, econômicas ou sociais. Políticas restritivas de asilo, fechamento de fronteiras e medidas que dificultam o acesso ao refúgio são exemplos concretos dessa negligência. Um exemplo é o muro de Trump nos Estados Unidos, e a Itália, que adotou um decreto-lei que endurece sua política de imigração, com vistos de residência mais curtos e um procedimento de emergência para expulsar os migrantes considerados "perigosos". Essas ações não apenas violam o direito internacional, mas também agravam a situação dos refugiados, que já enfrentam circunstâncias extremamente vulneráveis. O impacto negativo da má gestão dessas políticas reflete-se na instabilidade dos mesmos, deixando traumas e dificultando a integração em novas comunidades. Por outro lado, países que adotam abordagens humanitárias e inclusivas demonstram que é possível proteger os direitos dos refugiados enquanto fortalecem suas próprias sociedades. Portanto, considerando essa perspectiva, espera-se que os delegados cumpram suas obrigações internacionais e adotem abordagens humanitárias e inclusivas, a fim de promover um ambiente mais estável e seguro para todos.

Subtema 2: “As condições precárias de saneamento nas áreas de refúgio ucraniano, durante o conflito com a Rússia”

As condições de vida e saneamento de refugiados nos países de refúgio são frequentemente precárias. Por exemplo, quando os refugiados fogem de conflitos armados, perseguições ou desastres naturais,

muitas vezes são forçados a buscar abrigo em condições de emergência, como em acampamentos ou assentamentos improvisados, onde enfrentam uma série de problemas relacionados à falta de infraestrutura básica e recursos adequados. Sob essa ótica, essa precária condição de vida e subsistência reflete a realidade atual dos refugiados ucranianos. Isso acontece devido a uma complexa história de tensões entre a Rússia e a Ucrânia, exacerbadas pela Revolução de Maidan em 2014, que levou à anexação da Crimeia pela Rússia e ao início do conflito no leste da Ucrânia. Consequentemente, devido a essa disputa geopolítica e militar, intensos bombardeios e altos índices de violência surgiram em ambos os países, especialmente nos centros urbanos da Ucrânia, forçando os habitantes a buscar refúgio em outras localidades. Entretanto, nesse contexto, as localidades usadas como refúgio e proteção na Ucrânia são, em sua maioria, insalubres e precárias, além de sofrerem com a escassez de água potável e alimentos em boas condições. Portanto, são necessárias intervenções governamentais para mitigar tal questão, procurando diminuir os impactos negativos para os refugiados ucranianos, além de melhores condições de vida e saneamento para esse grupo.

Subtema 3: “Desenvolvimento de Políticas Públicas para Facilitar o Acesso à Educação para Refugiados”

Os refugiados enfrentam diversas dificuldades para acessar a educação, tais como as barreiras linguísticas, que dificultam a compreensão das aulas e a comunicação com colegas e professores, além do difícil acesso a locais de estudo, muitas vezes devido à localização dos abrigos ou à falta de transporte, o que impede a frequência regular. Além disso, a evasão escolar é agravada por fatores como a necessidade de trabalhar para sustentar a família ou a falta de adaptação ao novo ambiente escolar. Sendo assim, muitos refugiados que são forçados a deixar seus países por causa de conflitos armados, perseguições ou desastres naturais não conseguem concluir seu aprendizado, ficando atrasados em relação aos nativos do país. Portanto, espera-se que os delegados desenvolvam políticas públicas que facilitem a integração dos refugiados no ambiente escolar. Implementar essas políticas não só cumpre as obrigações internacionais, mas também promove uma sociedade mais justa. Uma educação inclusiva e de qualidade para todos os refugiados contribui para sua integração social e econômica, beneficiando tanto os indivíduos quanto as comunidades que os acolhem.

Subtema 4: “Meios e estratégias para promover a inclusão de refugiados no mercado de trabalho”

Muitos refugiados enfrentam barreiras econômicas no cotidiano após sua entrada em outra nação. Essa condição é oriunda da exclusão social desse grupo no país receptor, que, sob uma lógica xenofóbica, observa as aptidões sociais e experiências profissionais desse grupo de maneira desigual e inferior quando comparada às condições dos concorrentes nativos do país, tornando assim deficiente e desigual a disponibilidade de recursos e meios inclusivos desse grupo no mercado de trabalho. Paralelamente, mas sob o mesmo viés, esse pensamento antipático exacerbado contra imigrantes e a limitada oferta de empregos intensificam ainda mais as condições precárias de trabalho para esse grupo, que, sob essas circunstâncias, dispõem e aceitam de raras oportunidades de empregos que possuem pouca remuneração financeira e escassa proteção social, junto com intensas jornadas de trabalho, salários baixos e condições de trabalho análogas à escravidão. Portanto, nesta seção, espera-se ser desenvolvidas maneiras de inclusão de refugiados no mercado de trabalho, além de propostas de proteção dos direitos humanos e trabalhistas para os refugiados.

Subtema 5: “A emergência dos refugiados: abordando os conflitos provocados pelas transformações climáticas”

As crises climáticas e ambientais atuais afetam a vida de toda a sociedade, desde a saúde física e mental até a produção de alimentos, o acesso à água e aos meios de subsistência. Sendo assim, cada vez mais, os compromissos de mitigar os efeitos da ação humana no clima se misturam com as necessidades de milhões de pessoas que são forçadas a se deslocar de suas casas em decorrência dos efeitos das mudanças climáticas. Dentre os efeitos mais diretamente conectados ao deslocamento forçado, inundações e secas extremas evidenciaram-se como as consequências mais importantes no crescimento de conflitos, da pobreza e da fome global, que chegou a uma marca recorde de 828 milhões de pessoas. Como exemplo, secas extremas agravam a emergência humanitária na República Democrática do Congo, que enfrenta um dos cenários mais desafiadores de deslocamento forçado no mundo, com mais de 6 milhões de congoleses refugiados e deslocados internos em decorrência da violência e conflitos. Além disso, todo o nordeste da África também está passando por uma seca catastrófica. Milhões de agricultores na Somália, Etiópia e Quênia dependem de seu gado e plantações para sobreviver. Sem água suficiente, os animais e as colheitas estão morrendo.

Somente na Somália, 90% do país está severamente afetado. As pessoas estão sendo forçadas a fugir de suas casas em busca de água e comida. Ademais, na outra ponta da extremidade climática, as inundações têm gerado centenas de mortes e milhões de deslocamentos forçados, como no Paquistão e nas regiões oeste e central do continente Africano. Entre Nigéria, Chade, Níger, Burkina Faso, Mali e Camarões, já são 3,4 milhões de pessoas afetadas somente em 2022. Entretanto, a alta taxa de refugiados acaba gerando uma tensão social e política nos países receptores, intensificando ainda mais a competição por recursos escassos como água e terras cultiváveis. Portanto, nesta seção, espera-se que os delegados discutam meios para mitigar os impactos ambientais, bem como estratégias para garantir que todos os países desenvolvam uma infraestrutura sólida capaz de resistir às mudanças climáticas, a fim de diminuir o número de refugiados causados por tais fenômenos.

Subtema 6: “A Exclusão Social de Pessoas Apátridas em Contexto de Pós-Conflito”

No contexto global, pessoas apátridas configuram-se por ser um grupo de pessoas que não possuem sua cidadania legal reconhecida por nenhuma nação, característica frequentemente presente na condição social de refugiados no mundo, tendo como exemplo os Curdos presentes na Alemanha. Essa condição ocorre devido a um conjunto de questões complexas e interconectadas que podem incluir leis discriminatórias, mudanças territoriais e políticas, conflitos armados, bem como o desenvolvimento de fronteiras artificiais, como as estabelecidas pelos países europeus no continente Africano nos séculos XIX e XX. Dado isso, no contexto bélico é exacerbada ainda mais a situação de apátridas, forçando deslocamentos em massa e destruindo registros civis que posteriormente levaram grupos a serem considerados apátridas; como também, no período pós-conflito, de modo em que essas pessoas são deliberadamente excluídas de novos registros territoriais e políticos, impedindo que esse grupo possa acessar serviços de qualidade e direitos fundamentais. Portanto, nessa sessão espera-se ser discutido maneiras de garantia a proteção e segurança de pessoas apátridas no contexto global.

Subtema 7: “Proteção dos Direitos dos Refugiados em Zonas de Conflito”

As condições de vida dos refugiados em zonas de conflito frequentemente são precárias e perigosas. Eles enfrentam escassez de alimentos, água potável, abrigo e cuidados de saúde, colocando-os em risco de desnutrição, doenças e outros problemas de saúde. Além disso, a exposição à violência armada, ataques aéreos, bombardeios e confrontos diretos aumentam o perigo e a vulnerabilidade dos refugiados, especialmente mulheres, crianças e idosos. A proteção dos direitos dos refugiados nessas circunstâncias é de extrema importância. Eles têm direito à vida, segurança e liberdade de movimento,

conforme estabelecido no direito internacional humanitário e nos princípios dos direitos humanos. No entanto, a realidade muitas vezes é diferente. Em zonas de guerra, o acesso às necessidades básicas, como alimentação e assistência médica, é frequentemente interrompido. O apoio médico e humanitário integral é vital, mas os serviços de saúde são muitas vezes escassos. Além disso, enfrentam violações de seus direitos, como recrutamento forçado, abusos sexuais, sequestros e outras formas de violência. Como exemplo, temos a Ucrânia, onde mais de 3 milhões de refugiados ucranianos cruzaram para países vizinhos desde que a guerra começou, em 24 de fevereiro, com o número aumentando diariamente. Bombardeios aéreos, cidades cercadas, destruição e grave escassez de alimentos, água e eletricidade têm afetado fortemente a população. Outrossim, temos a Síria, onde, onze anos após o início da guerra, esta ainda é a maior crise de refugiados do mundo. Mais de 13 milhões de sírios foram forçados a deixar suas casas em busca de proteção em países vizinhos, como o Líbano, a Turquia e a Jordânia; mais de 6 milhões de pessoas continuam deslocadas dentro do país. Mais de uma década depois, a guerra na Síria ainda não acabou, e a população continua a sofrer um aumento das necessidades médico-humanitárias. Portanto, considerando essa perspectiva, espera-se que nesta sessão os delegados desenvolvam estratégias eficazes para fornecer amparo e proteção aos refugiados que se encontram em zonas de conflito. Pois, a assistência humanitária eficaz, e o acesso adequado à ajuda são essenciais para garantir que os refugiados recebam o apoio necessário para sua sobrevivência e a reconstrução suas vidas, em meio ao caos e à adversidade.